



Marco legal das ferrovias deve incentivar transporte no país

Proposta com estratégias para expandir malha ferroviária e implementar uso de trens para cargas e passageiros está na pauta da Comissão de Infraestrutura do Senado



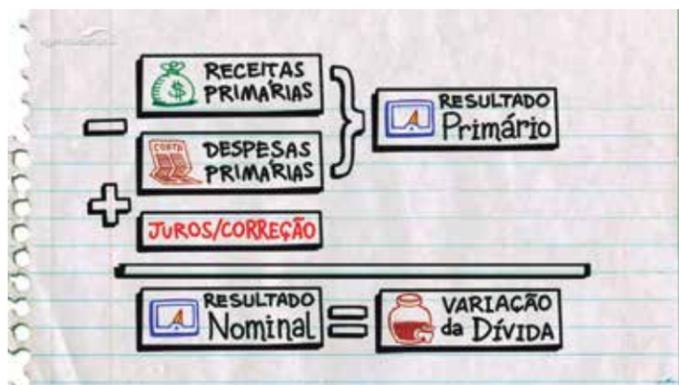
O Brasil ocupa a 9ª posição em extensão da malha ferroviária, mas está na 88ª posição, entre 137 analisados, em relação à qualidade da infraestrutura

O novo marco legal das ferrovias, com medidas para desenvolver a malha ferroviária voltada ao transporte de cargas e de passageiros, pode ser votado esta semana na Comissão de Infraestrutura. Uma das novidades da proposta, que pretende incorporar as melhores práticas do setor adotadas em outros países, é a autorização como modalidade de outorga para a exploração de ferrovias pelo setor privado. O relator, Jean Paul Prates, apresentou substitutivo ao projeto de José Serra propondo uma lei específica para organizar o transporte ferroviário, em vez de alterar decretos e leis já existentes. Entre outros pontos, o texto propõe reparcelamento do solo nos locais onde se implantarem estações e a possibilidade de exploração também em regime público. **3**

Novo vídeo do Orçamento Fácil explica a atual crise fiscal no país

A Secretaria Agência e Jornal do Senado e a Consultoria de Orçamento lançaram o 18º vídeo da série Orçamento Fácil. O novo vídeo explica ao cidadão o desequilíbrio fiscal nas contas

públicas do país. Segundo o consultor Orlando Cavalcanti, o desafio foi traduzir os conceitos da área. Para isso, foram usadas comparações com o dia a dia das pessoas. **3**



Desafio é traduzir em linguagem simples conceitos técnicos de orçamento

TV Senado será transmitida em toda a região do Cariri, no Ceará

A TV Senado inaugurou a torre de transmissão em Juazeiro do Norte na quinta-feira. A torre vai transmitir, para toda a região do Cariri, no Ceará, o sinal da emissora, das TVs Câmara e Assembleia, além de um canal da prefeitura. **2**

Future-se é tema de debate hoje na Comissão de Educação

A Comissão de Educação debate hoje, às 14h30, o Programa Future-se, do Ministério da Educação. Foram convidados o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo de Lima, e representante da SBPC, entre outros. **3**

PEC Paralela será discutida hoje em colegiado

A PEC Paralela da Previdência será debatida hoje na Comissão de Direitos Humanos, no ciclo de audiências sobre Previdência e trabalho.

A PEC Paralela altera pontos do texto principal da reforma da Previdência, incluindo os servidores de estados, do Distrito Federal e dos municípios, e deve ser votada na Comissão de Constituição e Justiça na quarta-feira. **3**



Debate foi proposto por Paim, presidente da Comissão de Direitos Humanos

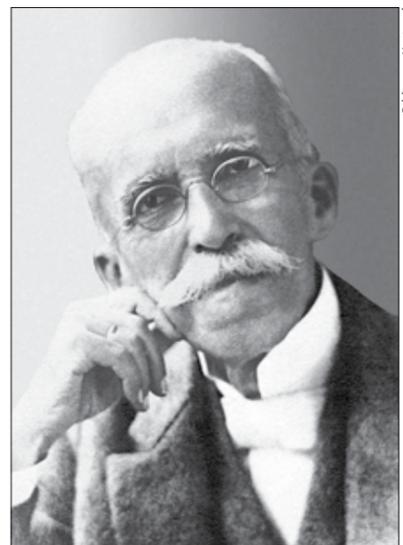
Edilson Rodrigues/Agência Senado — 8/10/2019

ARQUIVO S

Atuação de Ruy Barbosa marcou história do Brasil

O nascimento de Ruy Barbosa completa 170 anos amanhã. Ele se destacou como jurista, advogado, senador, ministro, diplomata, escritor, jornalista e tradutor. Com sua oratória arrebatadora, ele ensinou os brasileiros, nas últimas décadas do Império e nas primeiras da República, a exigir democracia e moralidade na política. Atuou em defesa do federalismo, do abolicionismo e dos direitos individuais. **4**

O Arquivo do Senado guarda todos os discursos de Ruy Barbosa como senador, incluindo "aulas" de política



Biblioteca Nacional

TV Senado é inaugurada em Juazeiro do Norte (CE)

Sinal também alcança região do Cariri. De acordo com a diretora da Secretaria de Comunicação Social da Casa, Érica Ceolin, iniciativa servirá como projeto-piloto para a interiorização da emissora

FOI INAUGURADA OFICIALMENTE a TV Senado em Juazeiro do Norte e região do Cariri, no Ceará, durante a solenidade comemorativa dos 50 anos de fundação da Estátua do Padre Cícero existente na Colina do Horto, onde também está situada a torre de transmissão da emissora. Como os canais da União podem ter a chamada multiprogramação, junto com a TV Senado, a população local ganha outros três canais: um para a TV Câmara, outro para a TV da Assembleia Legislativa do Ceará e um canal para o município, por meio de parceria firmada com a prefeitura.

A diretora da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Érica Ceolin, participou da cerimônia, na quinta-feira, e destacou que essa é a pri-



Carlos Lourenço/Prefeitura de Juazeiro do Norte

Érica e o prefeito de Juazeiro do Norte, Arnon Bezerra, na solenidade

meira iniciativa do Senado para interiorizar o sinal da emissora, sendo a região do Cariri o projeto-piloto para as demais localidades.

— O sinal da TV Senado e das demais emissoras parceiras tem o potencial de chegar a pelo menos outros quatro municípios da região, alcançando 600 mil pessoas. A população de Crato, Barba-

lha, Missão Velha e Caririçu vai poder, junto com o povo de Juazeiro do Norte, assistir aos quatro canais que celebramos hoje. Na prática, com a chegada da TV Senado, os cidadãos do Cariri vão poder acompanhar de perto tudo o que acontece no mundo político e cultural do Brasil, do Ceará e do município — acrescentou Érica.

Novo vídeo do Orçamento Fácil explica crise fiscal

Quando as contas do orçamento doméstico escapam ao controle e há um endividamento recorrente para pagar despesas, inclusive algumas básicas como alimentação e moradia, o cidadão pode sentir na pele o que é mergulhar em uma crise fiscal. Com comparações, fica mais fácil entender o sério desequilíbrio fiscal que o Brasil enfrenta há pelo menos cinco anos.

O Orçamento Fácil, projeto desenvolvido pela Secretaria Agência e Jornal do Senado em parceria com a Consultoria de Orçamento do Senado, faz esse paralelo com o dia a dia dos brasileiros para traduzir conceitos e jargões orçamentários, ajudando a estimular o interesse pelo Orçamento do país.

Com o lançamento do 18º vídeo da série, o Orçamento Fácil pretende contribuir para que os brasileiros entendam alguns indicadores fiscais que medem a saúde das contas

públicas. Segundo o consultor de Orçamento Orlando Cavalcanti, o desafio foi traduzir, por meio de animações simples e atraentes, conceitos como resultados primário e nominal, para que servem, as diferenças entre eles e como se complementam.

A definição dos conceitos já começa no vídeo 17. O novo vídeo complementa o anterior. A consultora-geral do Orçamento, Ana Cláudia Borges, explica que o primeiro objetivo dos vídeos é desmistificar as contas públicas.

— Traz para a linguagem das finanças pessoais e assim facilita o entendimento sobre o que são arrecadação, gastos do governo e endividamento.

Basta olhar, por exemplo, para o que acontece com a Jôana, personagem do vídeo, que enfrenta despesas inesperadas e não recebe por um serviço feito. Com isso, seu planejamento para equilibrar receitas

e despesas vai por água abaixo. Ela não consegue poupar e precisará se endividar.

A consultora diz que, a partir do momento em que se tem uma situação real e se entende qual o problema vivido pelo personagem, é mais fácil transpor para uma situação muito maior, que são as finanças públicas do país. Para ela, “a lógica é a mesma”.

Para o diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente do Senado (IFI), Felipe Salto, é importante que cada vez mais brasileiros compreendam que um país com contas públicas desorganizadas não consegue crescer, não gera renda e emprego. Por essa razão, ele avalia que iniciativas do Senado como o Orçamento Fácil e o Pannel Cidadão do Siga Brasil ajudam a estimular o interesse em torno de um assunto que pertence e atinge toda a população, que é o orçamento público.

Conselho de Comunicação Social analisa relatório sobre liberdade de imprensa

O Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso se reúne hoje, às 10h, para apresentação de estudo sobre liberdade de imprensa e encerramento do mandato dos conselheiros, que dura dois anos.

A apresentação do estudo foi solicitada por Eliziane Gama (Cidadania-MA). Tam-

bém está em pauta o Projeto de Lei (PL) 3.832/2019, de autoria de Vanderlan Cardoso (PP-GO), que altera a Lei do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) ou Lei da TV Paga (Lei 12.485, de 2011) para permitir que a empresa que distribui os canais de televisão seja a mesma que produz o conteúdo.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA	TERÇA	QUARTA
<p>CCS Liberdade de imprensa 10h Entre 4 itens, apresentação de estudo sobre liberdade de imprensa no Brasil.</p> <p>PLENÁRIO Sessão não deliberativa 14h Discursos e avisos da Mesa.</p> <p>CE Future-se 14h30 Debate sobre o Programa Future-se.</p> <p>CDH PEC Paralela da Previdência 15h Audiência sobre a PEC Paralela da Previdência.</p>	<p>CMA Seminário sobre sustentabilidade 9h Seminário Grande Impulso para a Sustentabilidade no Brasil.</p> <p>CÓDIGO COMERCIAL Debate 9h Audiência com representantes da PUC-SP, da USP, da CNI e da OAB.</p> <p>CE Jiu-jítsu no currículo 10h Pauta de 18 itens. Às 14h30, audiência sobre o PL 4.478/2019, que inclui o jiu-jítsu no currículo do ensino fundamental.</p> <p>CAE Salário-educação 10h Entre 23 itens, o PL 5.695/2019, que transfere a cota da União do salário-educação para estados e municípios.</p> <p>CMO Obras irregulares no LOA 2020 10h Audiência para tratar das obras e serviços com indícios de irregularidades graves constantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2020.</p> <p>CTFC Criptoativos 10h Audiência para discutir a regulação de criptoativos.</p> <p>CPMI DAS FAKE NEWS Depoimento 13h Jornalista Allan dos Santos, do Terça Livre.</p> <p>CCJ Sabatinas para o CNJ 14h Tânia Reckziegel e Flávia Pessoa.</p> <p>CASPCD/CASDRAR Glicogenoses 14h30 Audiência conjunta para debater questões relacionadas às glicogenoses.</p>	<p>MP 889/2019 Saque do FGTS 14h30 Análise do relatório.</p> <p>MP 892/2019 Papéis de S.A. via web 14h30 Análise do relatório.</p> <p>CAS Cota para pessoa com deficiência 9h Pauta de 33 itens. Às 11h, audiência para discutir o PLS 118/2011, que prevê o preenchimento de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.</p> <p>CDR Exportação de frutas 9h Audiência para debater a exportação de frutas como instrumento de desenvolvimento regional.</p> <p>CCJ PEC Paralela da Previdência 10h A PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019) é um dos 30 itens.</p> <p>CRA Poços artesanais 11h Na pauta de 9 itens, o PLC 111/2015, que aprova consórcio para compra de máquinas de poços artesanais.</p> <p>CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos 13h Representantes da Assespro Nacional e de sites de checagem de notícias.</p> <p>CMA Enchentes e deslizamentos 14h Entre 13 itens, o PLC 16/2016, que institui medidas de prevenção contra enchentes e deslizamentos.</p> <p>CMMC Amazônia 14h30 Audiência para discutir novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.</p> <p>MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal 14h30 Audiência pública.</p> <p>CE Esportes eletrônicos 9h30 Audiência sobre o PLS 383/2017, que regulamenta esportes eletrônicos.</p> <p>CMO Obras irregulares no LOA 2020 10h Debate sobre obras com indícios de irregularidades graves no LOA 2020.</p> <p>SESSÃO ESPECIAL Novembro Azul 10h Campanha Novembro Azul.</p>

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Novo marco legal pode desenvolver ferrovias

Projeto com estratégias para aperfeiçoar a malha ferroviária e incentivar o transporte de cargas e de passageiros por trens está na pauta da Comissão de Infraestrutura

A COMISSÃO DE Infraestrutura (CI) pode votar nesta semana o novo marco legal das ferrovias. De iniciativa do senador José Serra (PSDB-SP), o projeto (PLS 261/2018) pretende incorporar as melhores práticas adotadas em outros países para desenvolver a malha ferroviária voltada ao transporte de cargas e de passageiros. A novidade apresentada na proposta é a autorização como modalidade de outorga para a exploração de ferrovias pelo setor privado. Além disso, o parcelamento do solo com a sociedade de proprietários de imóveis faz parte das novas estratégias apresentadas.

O projeto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na forma de um substitutivo. Na CI, o relator, Jean Paul Prates (PT-RN), também apresentou um substitutivo diferente após várias audiências. Em vez de uma lei que alteraria outros decretos e leis, Jean Paul optou por uma lei específica para organizar o transporte ferroviário.

— O setor ferroviário do Brasil já vem crescendo bastante nos últimos 10, 15 anos. Praticamente dobrou de tamanho. É uma necessidade do país. Há capacidade de investimento interna e externa para o setor

ferroviário. No entanto, ele se ressentia de ter os instrumentos de que outros setores já dispõem, instrumentos regulatórios, instrumentos de outorga, que permitam esse investimento em diferentes níveis e em formas diferentes.

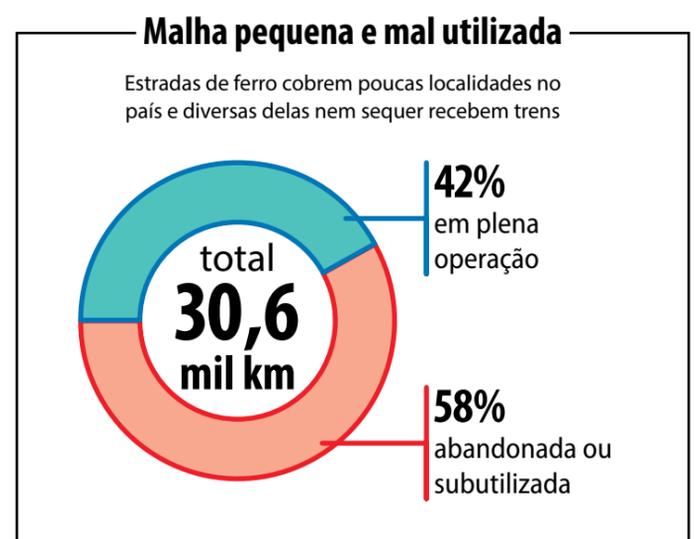
Se for aprovado pela CI, o projeto deverá passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão terminativa, ou seja, não deve passar pelo Plenário. Em seguida, o projeto segue para a Câmara.

Dependência

De acordo com Serra, a proposta se justifica pelo atraso do Brasil na infraestrutura ferroviária, por uma série de oportunidades perdidas e também pela grande dependência de investimentos públicos para

o setor, mesmo na hipótese de outorga por concessão. Segundo a União Internacional de Vias Ferroviárias, o Brasil ocupa a nona posição em extensão de linhas de trens, com mais de 30 mil quilômetros de malha. No entanto, em relação à qualidade da infraestrutura, segundo o Fórum Econômico Mundial, em 2018, o país está na 88ª posição entre 137 analisados. De acordo com dados do Ministério da Infraestrutura, dos 28,2 mil quilômetros da malha ferroviária em concessão, 30,6% estão ociosos.

— A rigor, como atesta nossa história, a trajetória do modal ferroviário do Brasil é um inventário de enormes oportunidades perdidas. Os especialistas exaustivamente alertam para o fato de que nossa rede de ferrovias e o vo-



lume transportado estão muito aquém da economia brasileira — afirmou Serra.

Para o senador, um modelo possível é “manter a presença estatal nos segmentos onde ele seja realmente necessário, e, ao mesmo tempo, atrair investimentos privados para a construção da infraestrutura em regime de competição onde haja interesse do mercado”, como se deu nos Estados Unidos.

O texto prevê a possibilidade da autorização e permite que a empresa exploradora tenha liberdade para propor traçados, preços e níveis de serviço, em conjunto com demais membros da entidade de

autorregulação técnica: representantes de passageiros, dos embarcadores e da indústria de insumos ferroviários.

Alguns dos pontos do substitutivo de Jean Paul são: parcelamento do solo nos locais onde se implantarem as estações ferroviárias, criação de uma entidade para autorregular aspectos técnicos e operacionais da ferrovia, outorga de concessão para inovações, possibilidade de exploração também em regime público, possibilidade de migração entre os regimes público e privado e exploração por outros interessados de trechos abandonados ou subutilizados pelas atuais concessionárias.



Serra propõe exploração privada para incentivar construção de ferrovias

Waldemir Barreto/Agência Senado - 25/4/2019

Colegiado promove mais uma audiência sobre a PEC Paralela

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) realiza audiência hoje, às 15h, para debater a PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019).

A reunião faz parte do ciclo de audiências sobre Previdência e trabalho, proposto pelo presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS).

A PEC Paralela, que altera pontos do texto principal da reforma da Previdência (PEC 6/2019), incluindo os servidores de estados e municípios, deve ser votada na

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira.

Entre os convidados para o debate estão o presidente do Conselho Executivo da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal, Décio Lopes; o diretor de Assuntos Profissionais do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Sérgio Carneiro; e o presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade (PB), Milton Moreira.

Estande do Senado em feira do livro no RS destaca acessibilidade

O Senado inaugurou na sexta-feira sua participação na 65ª Feira do Livro de Porto Alegre. Em conjunto com a Câmara dos Deputados, o estande oferece a preços de custo publicações jurídicas e obras clássicas editadas pelo Conselho Editorial.

No dia 8, haverá doação, para instituições, de livros em braile produzidos pela Secretaria de Editoração e Publicação. No dia 14, o

Senado participa do Ciclo Inclusivo. Também no dia 8, será lançado o livro *Falas do Trono*, que oferece um painel da história do Brasil na monarquia. O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que preside o Conselho Editorial, participará do lançamento. No dia 11, será lançado um volume da coleção *Escritoras do Brasil*, que resgata obras de pioneiras da nossa literatura.

Comissão debate hoje Programa Future-se, do MEC

A Comissão de Educação (CE) faz hoje, às 14h30, audiência pública, para discutir o Programa Future-se, do Ministério da Educação (MEC). O senador Jean Paul Prates (PT-RN), que solicitou a reunião, classifica o programa como uma reforma empresarial da educação imposta sem o

devido debate: “Trata-se de uma reforma empresarial na educação, que agride a autonomia das instituições federais de ensino e transfere para entidades privadas (organizações sociais) o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa,

desenvolvimento e inovação”.

O secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo de Lima, é um dos convidados da audiência, que também terá representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação.

Izalci Lucas defende educação contra o desemprego no país

Izalci Lucas (PSDB-DF) disse em Plenário, na sexta-feira, que a educação, além de formar o cidadão para o mercado de trabalho, é a base de um país bem-sucedido. Para ele, as mudanças tecnológicas e a competitividade têm dificultado a entrada no mercado de trabalho. Segundo o senador, são mais de 13 milhões de desempregados no Brasil, e apenas 15% da população entre 25 e 65 anos tem o ensino superior completo. O senador disse que é preciso ir às ruas e entender de perto o que falta no currículo do cidadão.



Pedro França/Agência Senado

Reforma não mexe com desigualdade, diz Confúcio Moura

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou na sexta-feira que as duas propostas que tratam da reforma tributária no Congresso não apresentam soluções para diminuir a desigualdade. Ele destacou que, segundo o IBGE, os 10% mais ricos da população controlam 43% da renda. A renda média dos mais ricos é de quase R\$ 28 mil por mês, enquanto a dos mais pobres é de apenas R\$ 820. Para o senador, esse desequilíbrio é intensificado pelos tributos, que, se pensado proporcionalmente à renda, é muito mais pesado para os mais pobres.



Pedro França/Agência Senado

Gurgacz alerta para caso de brasileiros na Bolívia

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu na sexta-feira que o governo busque uma solução para o caso de trabalhadores e estudantes brasileiros na Bolívia, que passa por um momento de turbulência social depois do primeiro turno da eleição presidencial, com greves e fechamento de estradas. Assustados, os brasileiros solicitam ajuda para deixar a Bolívia, disse o senador. Ele relatou que os estudantes querem concluir o semestre por meio de atividades pela internet, até que a situação se normalize no país vizinho.



Pedro França/Agência Senado

Ruy mostrou ao Brasil necessidade da democracia

Senador completaria 170 anos amanhã. Documentos do Arquivo do Senado mostram que ele foi pioneiro ao mostrar aos brasileiros que os abusos dos governantes não devem ser tolerados

Ricardo Westin

SEMPRE QUE RUY Barbosa pedia a palavra, os senadores já esperavam um discurso longo e inflamado. Foi exatamente assim numa sessão em 1911. Antes de iniciar a fala, enquanto ainda se ajeitava na tribuna, o senador da Bahia deve ter ouvido um adversário suspirando de tédio só para provocá-lo. Ruy não deixou barato.

— Senhores, estamos em uma época em que passa como irritante o fiel cumprimento dos mais sagrados e imperiosos deveres da honra política pelos representantes do povo — reagiu ele, abrindo um furioso discurso, que se estenderia por quatro horas, contra os desmandos do presidente Hermes da Fonseca.

O nascimento de Ruy, um dos personagens mais marcantes da história nacional, completa 170 anos amanhã. Foi ele que, com sua oratória arrebatadora, ensinou os brasileiros a exigir democracia e moralidade na política.

Na época de Ruy Barbosa, entre as últimas décadas do Império e as primeiras da República, os rumos do Brasil eram ditados pelos caciques políticos conforme seus interesses particulares. Embora o voto existisse, o povo não apitava nada e achava isso normal. Da tribuna do Palácio Conde dos Arcos, a primeira sede do Senado, no Rio, Ruy tentava convencer a sociedade de que essa democracia de fachada era inaceitável.

O Arquivo do Senado, em Brasília, guarda todos os discursos que Ruy pronunciou como senador, incluindo suas “aulas” de política. Até então, nenhum parlamentar havia tido a ousadia de botar o dedo na cara dos poderosos.

Em 1893, ele explicou que o governo, ainda que respaldado pela maioria, jamais teria o direito de esmagar a

minorias. Era o momento em que o marechal Floriano Peixoto, numa quase ditadura, perseguia seus adversários.

— Aprecio o valor das maiorias. Conheço-lhes a significação nas democracias modernas. Curvo-me à sua autoridade constitucional. As maiorias são a força. As maiorias são a autoridade. As maiorias são a lei. Mas, em assunto político, as maiorias não são, muitas vezes, mais do que a paixão e a injustiça. Não confere a nenhum sistema de governo o direito despótico e absoluto das maiorias. Reduzida a uma minoria, reduzida mesmo a uma unidade, uma opinião pode valer mais do que os decretos ditatoriais das maiorias.

Filhotismo

Ruy gritou contra a naturalidade com que os presidentes da República praticavam o nepotismo (“tão em voga na situação atual, essa política de filhos, sobrinhos, genros e afilhados”) e escolhiam ministros apenas por conveniência política (“por não entender do riscado, o novo ministro dos Negócios Interiores entrou como um vândalo no ensino brasileiro; destruíram-se o ensino secundário e o ensino superior, para se reerguerem já agora não sei quando”).

De seus 55 anos de vida pública, Ruy Barbosa passou 32 no Senado. Teve cinco mandatos. Inaugurou o Senado da República, em 1891, e só o deixou em 1923, quando morreu, aos 72 anos de idade. No Império, havia sido deputado.

Ruy foi esse professor político não apenas no Parlamento. Para denunciar e tentar reverter os abusos dos governantes, ele também fez uso sistemático dos tribunais, como advogado, e da imprensa, como jornalista.

O estado de sítio foi frequente na Primeira República, permitindo que os

presidentes prendessem adversários livremente e censurassem os jornais de oposição. Perseguido, o próprio Ruy Barbosa precisou se exilar na Argentina e na Europa e teve seu *Jornal do Brasil* proibido de circular. Em 1914, fez um pronunciamento a favor da liberdade de imprensa:

— Como do ar atmosférico dependem os pulmões, da imprensa depende todo este sistema de freios e contrapesos, de ações e reações, de poderes distribuídos, limitados e fiscalizados em que consiste a existência de uma democracia liberal. Não há publicidade onde a publicidade não é livre, da mesma forma que o ar que se confinou já não é ar, é carbono, é tóxico, é filtro de contaminações, desnute, envenena, mata. A imprensa tutelada, a imprensa policiada, a imprensa maculada pela censura deixou de ser imprensa, porque deixou de ser válvula da verdade e transformou-se em encobridor, para ocultar do povo os atos capitais do governo.

Defensor intransigente das leis, Ruy Barbosa se contrapôs à pena de morte e também à garantia dos direitos humanos apenas a uma parcela da população. Em 1911, ele denunciou no Plenário a ilegalidade do fuzilamento sumário de marinheiros envolvidos na Revolta da Chibata:

— É indiscutivelmente sagrada a vida do homem, tão sagrada no miserável, tão sagrada na messalina, tão sagrada no assassino, tão sagrada no parricida como no mais santo dos homens, como no mais venerando senador da República. Pois então essa coisa chamada vida humana, sobre a qual a Constituição estende o pálio da mais sacrossanta das suas declarações, não vale mais do que a vontade instantânea de um ou dois tenentes?

O senador não admitia que militares aspirassem à Presidência da República. Em 1909, ele próprio se lançou candidato presidencial só para tentar impedir a vitória do marechal Hermes da Fonseca, o escolhido da elite política. Segundo Ruy, um militar no poder inevitavelmente levaria o país à ditadura, tal como havia feito Floriano.



Ruy Barbosa em sua biblioteca particular: político, jornalista e advogado

— As nações, senhores, não armam os seus Exércitos para serem escravizadas por eles. As nações não fazem os seus marechais para que eles venham a ser na paz os caudilhos de facções ambiciosas — afirmou.

Contraopondo-se à candidatura militar, Ruy Barbosa batizou seu projeto presidencial de Campanha Civilista. Foi a primeira vez que a sociedade viu um candidato falar ao povo, viajando pelo país, apresentando sua plataforma política em comícios e fazendo corpo a corpo com eleitores. Antes os candidatos nem saíam de casa, já que as fraudes eleitorais características da Primeira República assegurariam o resultado desejado pela elite.

Em 1919, ele repetiu a fórmula da Campanha Civilista. A novidade dessa vez foi a inclusão de direitos trabalhistas na sua plataforma de governo. Perdeu para Epitácio Pessoa, o candidato oficial, que havia passado todo o período eleitoral na França.

Embora derrotado nas duas ocasiões, Ruy conseguiu forjar nos brasileiros um embrião de consciência político-eleitoral até então inexistente.

Carabina e espada

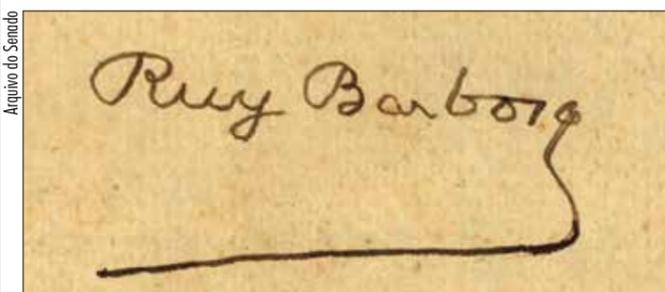
Para Ruy Barbosa, o Supremo Tribunal Federal merecia cuidado e proteção, por ser a única instituição capaz de se contrapor aos interesses políticos do presidente e do Congresso. Ele, como senador constituinte em 1891, foi decisivo para que o STF ganhasse a incumbência, válida até hoje, de atuar como guardião da Constituição.

— O Supremo Tribunal

Federal é essa instituição criada sobretudo para servir de dique, de barreira e de freio às maiorias parlamentares, para conter as expansões do espírito do partido. É essa força que diz: “Até aqui permite a Constituição que vás; daqui não permite a Constituição que passes”. Eis para que se criou o Supremo Tribunal, que não tem empregos para dar, não tem tesouros para comprar dedicações, não tem soldados para invadir estados, não tem meios de firmar a sua autoridade senão no acerto das suas sentenças — discursou em 1915.

Entre 1868 e 1923, não houve episódio importante da história do Brasil que não tenha contato com a participação de Ruy Barbosa. Atuou no movimento abolicionista. Aderiu à conspiração que derubou dom Pedro II. Ministro, queimou todos os registros de escravos, para acabar com a pressão dos fazendeiros por indenização. Definiu os contornos da Constituição de 1891. Deu projeção mundial ao Brasil, ao peitar os EUA e outras potências na Convenção de Paz de Haia e defender que os países fracos não deveriam ocupar posição subalterna nos tribunais internacionais. Foi decisivo para que o país, atacado pela Alemanha, entrasse na Primeira Guerra Mundial.

— Peço ao Senado que não se assuste com estes papéis — disse em 1911, apontando para o calhamaço diante de si. — Não podia trazer nem uma carabina, nem uma espada. Trago apenas um volume das nossas leis. Infelizmente bem fracas nestes tempos, têm sido sempre a minha única arma.



Assinatura de Ruy Barbosa em documento guardado no Arquivo do Senado